

TRIPÉ MACROECONÔMICO

ROSA, Elissandro 1* ; ZINGLER, Cristian²; SAWITZKI, Stephan 3

1, 2, Alunos do curso de Ciências Econômicas da FAHOR, Faculdade Horizontina, Unidade Centro, Rua Buricá, 725, Horizontina, RS, Brasil.

3 Professor e Coordenador do curso de Ciências Econômicas da FAHOR, Faculdade Horizontina, Unidade Centro, Rua Buricá, 725, Horizontina, RS, Brasil.

* er002403@fahor.com.br

RESUMO

A economia de um país, ao longo do tempo, impõe aos agentes econômicos cenários de recessão e ascensão. Este movimento cíclico diminui a eficiência e cria distorções grandes em torno das projeções. Estes movimentos sofrem choques provocados por fatores internos e externos. O governo, faz uso de políticas que visam estabilizar a economia e proporcionar condições mais favoráveis ao mercado. Por vezes, o próprio governo pode ser a causa dos problemas econômicos. No Brasil, não é diferente. O conjunto de políticas, composto por política fiscal, monetária e cambial, é chamado de *Tripé Macroeconômico*. Em suma, disciplina fiscal, metas de inflação e controle do câmbio são a base deste modelo para a estabilização econômica. Aqui, nos deparamos com uma das maiores divergências entre os formadores de opiniões, que é a participação ou não do governo na economia, já que este geralmente é burocrático e não detém todo o conhecimento macroeconômico necessário para agir de forma correta. O liberalismo econômico, defendido por alguns, pode proporcionar equilíbrio de forma natural, onde distorções são corrigidas automaticamente pelo mercado. Do outro lado, defensores da atuação do governo na economia, justificam esta como necessária para corrigir as falhas de mercado. Este breve estudo tem como objetivo principal dar ênfase ao modelo criado no início da década de 2000, bem como trazer alguns pontos que enfrentam o modelo econômico intervencionista brasileiro.

Palavras chave: Política; Fiscal; Monetária; Cambial; Macroeconomia.

MACROECONOMIC TRIPOD

ABSTRACT

The economy of a country, throughout time, imposes on economic agents scenarios of recession and rise. This cyclical movement decreases efficiency and creates large distortions around projections. These movements suffer shocks caused by internal and external factors. The government makes use of policies aimed at stabilizing the economy and providing more market-friendly conditions. Sometimes government itself can be the cause of economic problems. In Brazil, it is no different. The set of policies, composed of fiscal, monetary and exchange policy, is called the Macroeconomic Tripod. In short, fiscal discipline, inflation targeting, and exchange control are the basis of this model for economic stabilization. Here we are faced with one of the greatest divergences among opinion makers, whether or not the government is involved in economy, since it is often bureaucratic and does not have all the macroeconomic knowledge needed to act properly. Economic liberalism, advocated by some,

can provide balance in a natural way, where distortions are corrected automatically by the market. On the other hand, defenders of government's action in economy justify this as necessary to correct market failures. This brief study has as main objective to emphasize the model created in the early 2000s, as well as to bring some issues that face the Brazilian interventionist economic model.

Key words: Policy; Supervisor; Monetary; Foreign exchange; Macroeconomics.

INTRODUÇÃO

A busca por uma economia que opera em condições ótimas apresenta grandes desafios para as políticas macroeconômicas, que em questão são definidas e implementadas pelo governo e seus órgãos de controle. Dentre os tantos desafios, pelo menos cinco tem grande destaque: impulsionar o crescimento econômico, estabilizar o ciclo econômico, reduzir o desemprego, manter a inflação baixa e reduzir o déficit orçamentário do governo e o internacional.

Um dos principais instrumentos que pode dar condições de que estes desafios possam ser colocados em prática é a **Política Monetária**. Esta tem atuação sobre as taxas de juros e a quantidade de moeda, podendo ser enfatizados os meios de pagamento e os títulos públicos. Estas atuações modificam os custos, a demanda agregada e oferta de crédito.

Geralmente as políticas macroeconômicas são executadas pelos bancos centrais de cada país. Para garantir que os grandes desafios citados anteriormente possam trazer resultados para uma economia, as políticas devem ser muito bem pensadas e executadas. As alterações na oferta de crédito podem impulsionar a demanda agregada, impulsionar os investimentos, que por sua vez podem elevar a taxa de emprego e garantir que a economia siga um curso mais estável, com menor ocorrência de picos de crescimento elevados porém com menores picos de recessão. O controle da quantidade de moeda é fundamental para que neste processo a inflação esteja sob controle. Resta ainda ser eficiente nos gastos e na arrecadação do governo (Política Fiscal) para que possam ser executadas políticas **expansionistas ou contracionistas e garantir efeitos positivos para o mercado**.

2 DESENVOLVIMENTO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

2.1 A FAVOR OU CONTRA?

Quando teremos o próximo boom ou o próximo colapso? Os formuladores de políticas deveriam tentar estabilizar a economia? Quais as maneiras mais eficazes de se fazer tal

estabilização? Essas são as principais perguntas que surgem quando tratamos de política monetária e macroeconomia.

Quando não influenciadas, as economias tendem a flutuar. Ao passo que as famílias e empresas tornam-se pessimistas, tendem a reduzir seus gastos e investimentos, ou seja, temos uma redução da demanda agregada por bens e serviços. Aumentam as demissões, os indicadores de produção e renda caem e nos deparamos com um declínio da atividade econômica.

Uma recessão, via de regra, não traz benefícios para a sociedade e sim desperdício de recursos. Os trabalhadores gostariam de estar trabalhando e os proprietários de empresas gostariam de estar produzindo, sem ter ociosidade em suas unidades.

Com o uso de políticas, e neste caso a política monetária – além da política fiscal -, a sociedade poderia sofrer menos com as flutuações econômicas. Caso haja uma excessiva demanda agregada, pode se observar um risco elevado de presenciarmos um cenário de alta inflação. Diante destas questões, as alterações nas taxas de juros e a alteração na quantidade de moeda podem levar a economia para uma situação de maior estabilidade.

Por outro lado, observam-se obstáculos para que estas políticas sejam colocadas em prática e para que proporcionem resultados. A principal questão é que estas políticas não afetam a economia no curto prazo, e sim possuem um certo atraso para surtir efeito. Uma mudança na taxa de juros por exemplo, afeta a demanda agregada, o consumo das famílias e os investimentos, sendo que isto somente irá ocorrer após um certo período de tempo, já que estas famílias e empresas tendem a planejar despesas com antecedência. No caso das políticas fiscais há uma grande burocracia que ocasiona uma grande demora entre propor, aprovar e executar. O grande problema é que, devido a este “delay” entre o conceber e o executar, novas alterações macroeconômicas estão acontecendo e modificando as configurações da economia, que podem exacerbar em vez de atenuar as flutuações econômicas. Diante disso, por vezes, seria desejável deixar que a economia se recupere por conta própria, dadas as incertezas e o nível de conhecimento macroeconômico da situação.

2.2. TRIPÉ MACROECONÔMICO

“O que se tem hoje é uma mudança que dá à taxa de câmbio uma função diferente da função que ela tinha antes. Antes o Governo dizia para a taxa de câmbio: ‘Você toma conta da inflação.’ e dizia para a taxa de juros: ‘Você toma conta do balanço de pagamentos.’, que é

um regime de taxa de câmbio fixo. Hoje nós estamos escalando o time de forma diferente. Nós estamos dizendo para taxa de câmbio: ‘você toma conta do balanço de pagamentos’ e para taxa de juros: ‘você toma conta da inflação’. Agora, nada disso funciona sem uma boa política fiscal”.

Em 14 de junho de 1999, Armínio Fraga, então presidente do Banco Central, com as palavras acima, descrevia como seria a estrutura da política econômica brasileira a partir de então, o que viria a ser conhecido posteriormente como “*Tripé Macroeconômico*”. Este modelo consistia em um regime de câmbio flutuante, metas de inflação e meta fiscal.

A taxa de câmbio vem a afetar a inflação em maior ou menor grau dependendo da abertura comercial do país. A variação do câmbio pode impactar os custos da produção industrial, ou mesmo os preços das commodities, cujo setor é pauta das exportações brasileiras. Estas alterações provocam mudanças nos preços, que podem impor um cenário inflacionário. No novo cenário proposto pela equipe econômica de FHC, o foco era voltado para balanço de pagamentos. O País adotava de um regime de câmbio fixo até 1994, passando então por um regime de bandas cambiais até chegar ao regime de câmbio flutuante, que foi sendo adotado aos poucos.

O balanço de pagamentos é o registro sistematizado de todas as transações internacionais do país com o resto do mundo. O regime de câmbio flutuante adotado vem com o subnome de “*flutuação suja*”, visto a intervenção no mercado. O BACEN, atuando na compra e na venda de dólares, pode alterar a taxa de câmbio, incentivando mais ou menos a produção nacional, tornando mais caros ou mais baratos os produtos exportados ou importados.

Já quanto à taxa de juros, passou a ser o principal instrumento de controle da inflação. A taxa básica de juros, que influencia todas as operações na economia, pode ser entendida como o “*preço do dinheiro*”. Se a taxa de juros está elevada, conseqüentemente torna-se mais caro tomar dinheiro emprestado para realizar investimentos por exemplo. Para manter os níveis de preços, se faz necessária a manutenção de uma taxa de juros mais elevada, pois com mais dinheiro na economia tem-se mais demanda por bens e serviços, e com maior demanda, percebemos aumentos nos preços.

A meta fiscal traz consigo a importância da gestão dos recursos do governo. Possuir resultados primários positivos possibilita ao governo amortizar e pagar os juros da dívida

pública, bem como suprir sua necessidade de gastos para seu próprio funcionamento, e ainda garantir o cumprimento dos resultados econômicos e sociais propostos.

2.3. A POLÍTICA FISCAL

A política fiscal tem em sua essência a premissa de buscar melhores resultados macroeconômicos e sociais. Para isso, centraliza suas ações na gestão da arrecadação de recursos por meio de impostos e em sua respectiva utilização.

A Política fiscal reflete o conjunto de medidas pelas quais o Governo arrecada receitas e realiza despesas de modo a cumprir três funções: a estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos. A função estabilizadora consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços. A função redistributiva visa assegurar a distribuição equitativa da renda. Por fim, a função alocativa consiste no fornecimento eficiente de bens e serviços públicos, compensando as falhas de mercado. (MANKIWI 2007)

Para que o governo consiga cumprir com as funções às quais se compromete, se faz necessário que este tenha um resultado favorável entre arrecadação e gastos. Este resultado é chamado de resultado primário, onde pode ser observado *superávit* – resultado positivo entre arrecadação e gastos – ou *déficit* – resultado negativo entre arrecadação e gastos.

Os impactos da política fiscal no curto prazo modificam diretamente o consumo, ou seja, a demanda agregada de bens e serviços. Quando o governo altera suas próprias compras ou os níveis de impostos, desloca a curva de demanda agregada, gerando maior movimentação econômica. Já os efeitos de longo prazo afetam poupança, investimentos e necessariamente o crescimento econômico.

Há estudiosos que apontam que os efeitos da política fiscal causam mudanças na oferta, com base no princípio de que os indivíduos reagem a estímulos. Neste caso, uma redução da carga tributária por exemplo, poderia provocar um maior incentivo há produção, gerando assim maior oferta.

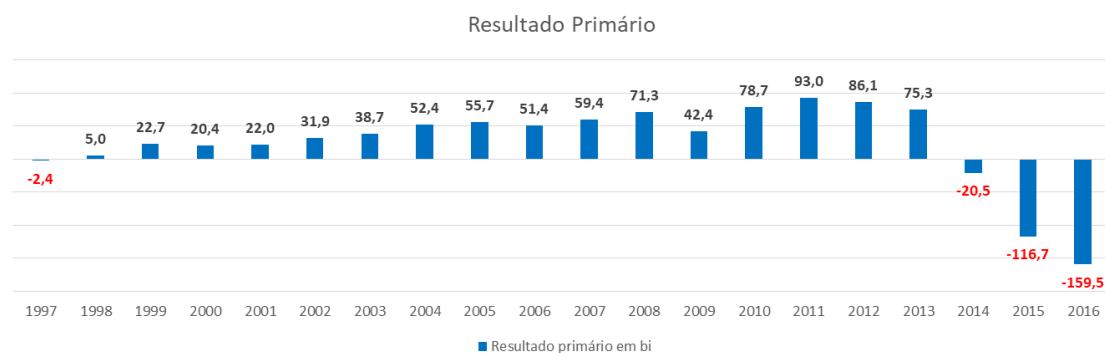
Considerando que os grandes grupos de resultado do governo são a arrecadação e os gastos, podemos observar políticas restritivas e expansionistas, sendo respectivamente aumento da carga tributária ou redução dos gastos públicos e redução da carga tributária ou expansão dos gastos públicos. As mudanças na carga tributária irão afetar a renda disponível e

os fluxos de caixa das empresas, implicando em alterações na capacidade e na atração por investimentos. A movimentação dos gastos públicos pode gerar necessidade de alteração na carga tributária.

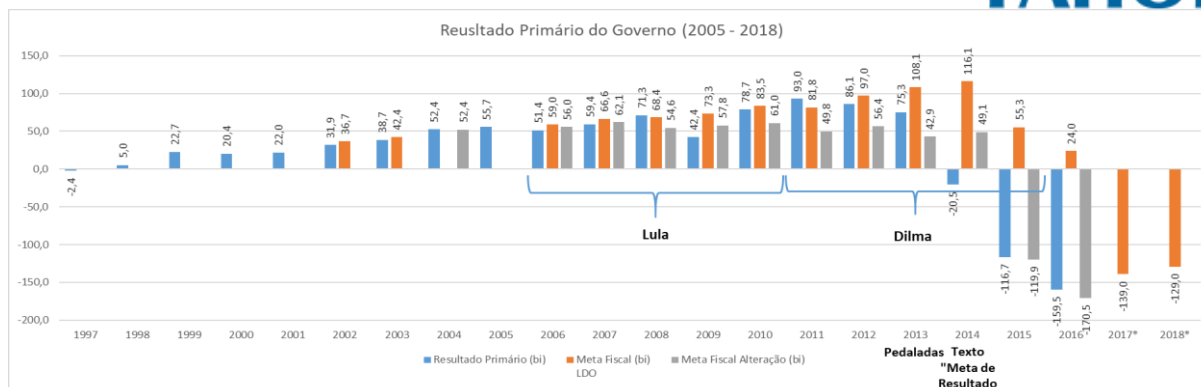
As alterações da política fiscal, por intermédio dos impostos e dos gastos, modificam o orçamento da união e o mercado. Um déficit do governo por exemplo, que pode ser saldado com a emissão de novos títulos da dívida pública ou com emissão monetária, causa desequilíbrio no sistema monetário, alterando a base monetária, o volume dos meios de pagamento e os níveis das taxas de juros.

2.4 POLÍTICA FISCAL BRASILEIRA

No fim da década de 1990, o país adotou um programa de estabilidade fiscal, juntamente com um sistema de metas inflacionárias. Assim, com uma política fiscal mais enrijecida, entrando em um *modus operandis* que buscou a geração de superávits primários, pode-se demonstrar que as contas públicas estavam se reestruturando e que havia um comprometimento com a dívida pública. O resultado mais visível no início dos anos 2000, foi o aumento da carga tributária, que contribuiu para os superávits primários. (NETO 2005)



Apesar de ter resultados positivos, as metas estabelecidas pela *Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO)*, foram possíveis de serem alcançadas graças as alterações aprovadas, em que podiam ser reduzidos das metas os gastos com o *Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)* ou outros investimentos prioritários.



Após o *Plano Real*, o país foi alcançando resultados primários positivos, o que proporcionou melhores expectativas no mercado interno e externo, bem como o aumento nos investimentos. Porém, os governos *Lula* e *Dilma*, foram marcados pela “contabilidade criativa” e pela bagunça no arcabouço institucional do Banco Central, do Tesouro Nacional, do Copom e das relações entre os bancos, que logo após o Plano Real eram transparentes e austeras. O governo *Dilma* foi marcado pelas famosas “*Pedaladas Fiscais*”. Estas, foram operações fiscais realizadas pelo Tesouro Nacional, não previstas na legislação, que consistiram em atrasar os repasses de verbas a bancos públicos e privados, o que possibilitou aliviar a situação fiscal do país, em busca do cumprimento da meta.

Os resultados atuais demonstram que apesar dos números apresentados ao longo dos últimos anos, esta atitude austera é só uma peça de grande importância no contexto macroeconômico, em que as grandes variáveis agregadas serão positivas com uma política realmente eficiente e verdadeira.

2.5. CÂMBIO

2.5.1. Modelo de Maxidesvalorização Esporádica

O Brasil sofreu várias reformas no modelo cambial ao decorrer dos anos. Em 1961, acontece uma das mais significativas, onde passa do sistema de taxas múltiplas de câmbio, (havia duas taxas para exportação e cinco para as importações), para um modelo mais simples e unificado. Passa então a ser aplicado duas taxas de câmbio, tendo como congruência principal a desvalorização de 100 % da moeda da época (Cruzeiro), sendo que uma taxa exclusiva para a exportação de café e cacau e outra para os demais produtos exportados e também valendo para as importações de modo geral. (NETO, 2007)

Tendo como instrumento de cambio nada mais que uma espécie de descontos, com esse mecanismo passa então a ser possível diferenciar as taxas de câmbio entre os produtos exportados e importados.

No mês de abril de 1964, passa então a ser unificada efetivamente as taxas de câmbio, tendo uma taxa única fixada oficialmente. No ano em destaque, ocorreu correção de 204% no câmbio, que de dezembro de 1964 a janeiro de 1968 ocorreram apenas três correções da taxa de cambio.

2.5.2. Modelo de Minidesvalorizações Cambiais

Entre os anos de 1968 e 1990, passa a ser adotado no Brasil a política de minidesvalorização cambial, baseada no PPC (Paridade do poder de Compra da Moeda), onde as desvalorizações do cambio deveriam ser o mais próximo possível da diferença entre a inflação doméstica e internacional, mantendo assim uma paridade real fixa da moeda.

Neste período onde vigorou a Política de Minidesvalorização, mesmo assim em algumas situações o Banco Central fez uso moderado da política anterior, a de maxidesvalorização. No ano de 1983, com o intuito de conseguir um superávit na balança comercial, foi feita uma maxidesvalorização de 30 % da moeda em relação ao dólar.

O Plano verão de 1989 entra em vigor, onde o câmbio foi desvalorizado em 16 %, sendo que posterior a isso ele é mantido fixo por 4 meses. Após esta medida as exportações voltam a cair e passa a ser adotada a prática de desvalorização diária, mesmo assim as medidas não são eficazes para recuperar as exportações que continuam em queda.

2.5.3. Modelo de taxa de cambio com flutuação suja

Tentando sanar os problemas com as exportações, onde o modelo anterior de cambio era ineficiente, o Brasil em 1990, passa a adotar o modelo de sistema de cambio com flutuação suja, sendo duas taxas de câmbio: Dólar comercial ou taxa administrativa e a taxa de câmbio flutuante, aplicada a fim de compras e vendas do turismo. Passa o Dólar comercial a ter seu valor determinado pelo mercado, e não fixado pelo BACEN. Este modelo se sustenta até 1994.

No início do plano real entre 1993 e 1994 o câmbio fixo foi essencial para a economia brasileira, para manter a moeda no mesmo valor e resolveu o problema da inflação. Devido à

pressão do mercado internacional, o real foi visto como uma moeda sobrevalorizada levando o dólar a se tornar mais caro e valorizado. (CARVALHO 2007)

Por causa da sobrevalorização do real, houve um grande volume de produtos importados, e no câmbio fixo tiveram que ser realizadas operações para manter o preço do real, levando a saldos negativos no balanço de pagamento. Neste período também fora estabelecida uma taxa de juros básica alta.

Então como o plano, inverteu-se as funções da taxa de câmbio e da taxa de juros. Adotou-se o regime de câmbio flutuante, onde o mercado define o preço real da moeda. A taxa de cambio deixou de ter o papel principal no controle da inflação, dando lugar a taxa básica de juros, que teria como principal instrumento o controle da inflação.

Algumas características:

- O câmbio controla a balança de pagamento, onde há o registro das transações financeiras e comerciais do Brasil com o resto do mundo, evitando excessivas entradas de importações no país;
- Flutuação suja, onde o Banco Central costuma permitir a variação do câmbio até um certo limite, tanto para valorizar, quanto para desvalorizar;
- O valor de uma moeda varia de acordo com a oferta e a demanda diárias.

2.6. INFLAÇÃO

Foi apenas a partir de 1994, com a criação do Plano Real, que o País deu os primeiros passos rumo à estabilidade econômica. Era o fim da correção monetária, do congelamento de preços e da inflação acima de dois dígitos.

A partir de 1999, o Brasil adota metas para a inflação. Por esse regime, o Banco Central atua para garantir que a inflação esteja dentro de um patamar máximo pré-estabelecido. E o instrumento mais importante utilizado pelo BACEN para atingir esse objetivo é definir a taxa básica de juros da economia, a Selic.

As metas têm como marco de referência a taxa oficial de inflação – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) –, calculada pelo IBGE. Assim, o governo estabelece alvos anuais para a inflação e as divulga, cabendo ao Banco Central executar as políticas necessárias para cumprimento das metas fixadas.

O modelo atual da política econômica possibilitou a redução da dívida pública externa (em 2006, o Brasil se tornou credor internacional), o controle da dívida interna e o acúmulo de reservas internacionais (consideradas um colchão de proteção contra choques externos), que saltaram de US\$ 207 bilhões no estouro da crise, em 15 de setembro de 2008, para US\$ 257 bilhões em julho de 2010. Com esses recursos, o País não sofreu tanto com o congelamento do financiamento internacional. (POLITIZE)

Instituída pela equipe da presidente afastada, Dilma Rousseff, a chamada nova matriz econômica é considerada uma opção mais "desenvolvimentista" ao tripé. Ela prevê o aumento de gastos públicos e uma maior intervenção do governo para estimular a economia, além de redução de juros. Um dos principais defensores da nova matriz é o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa. (POLITIZE)

2.7.PLANO REAL

Iniciou em 1994. Este plano foi um marco para a economia brasileira, já que foi capaz de amenizar a hiperinflação do país. Em 1º de julho de 1994 houve a culminância do programa de estabilização, com o lançamento da nova moeda, o Real (R\$). Toda a base monetária brasileira foi trocada de acordo com a paridade legalmente estabelecida: CR\$2.750,00 para cada R\$1,00. (CARVALHO 2007)

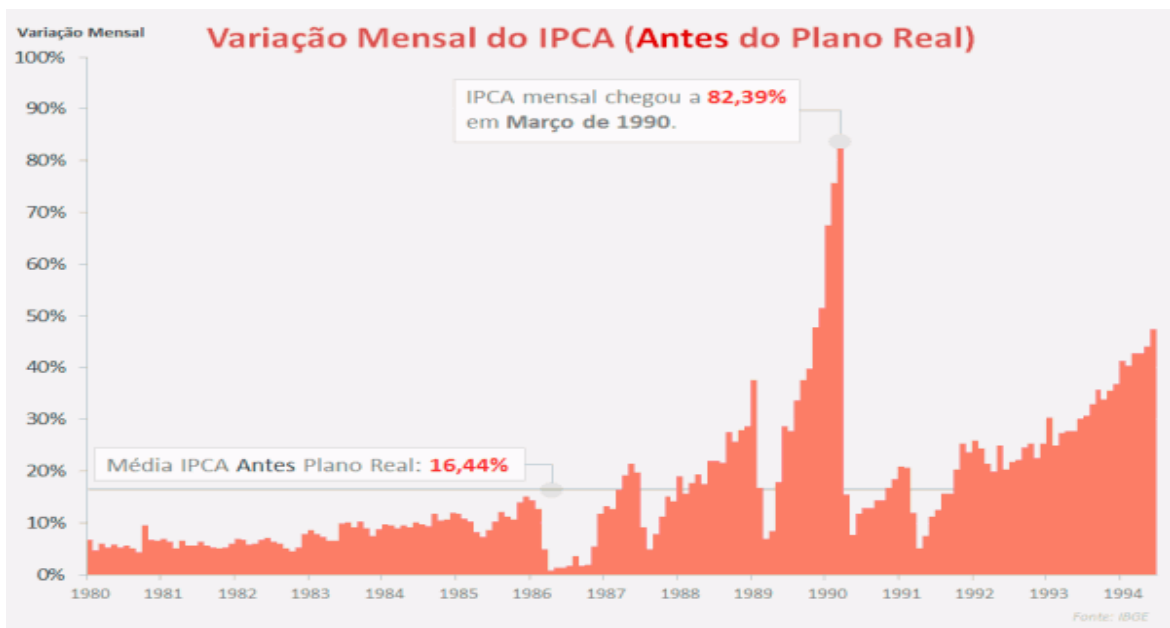
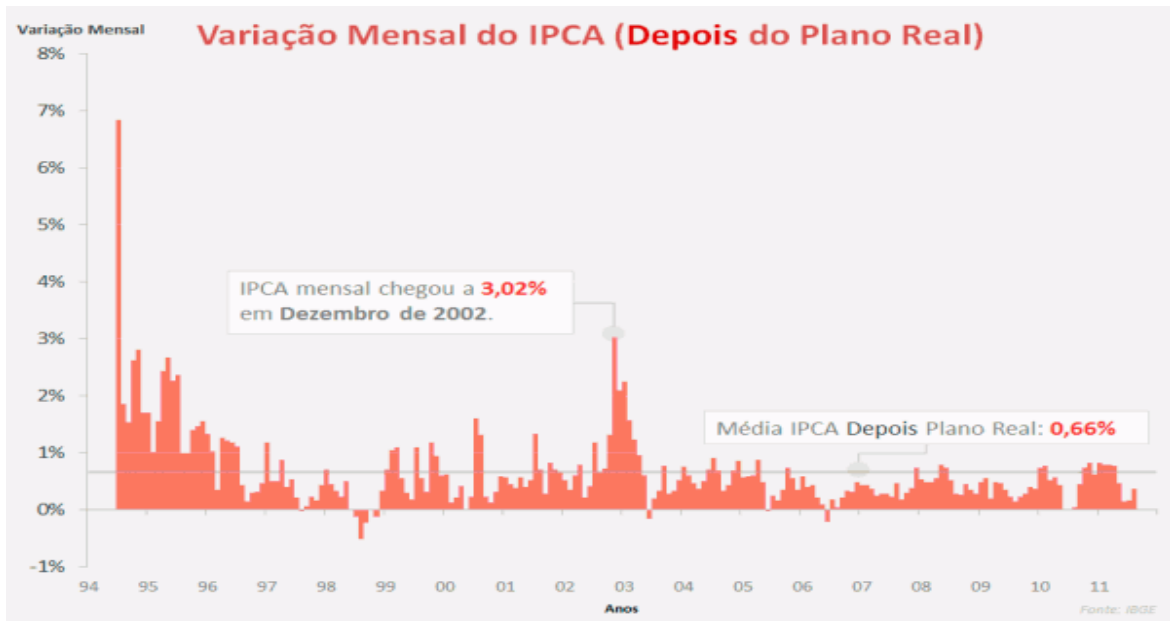
A inflação acumulada até julho de 1994 foi de 815,60%, e a primeira inflação registrada sob efeito da nova moeda foi de 6,08%, mínima recorde em muitos anos. Desde 1942 foram feitas muitas reformas das quais nasceram seis novas moedas, a saber:

- Cruzeiro Novo (1967)
- Cruzeiro (moeda) (1970)
- Cruzado (BRC) (1986)
- Cruzado Novo (1989)
- Cruzeiro (moeda) (1990)
- Cruzeiro Real (1993).

A inflação acumulada de 1967 até 1994 foi de aproximadamente: 1.142.332.741.811.850% (IGP-DI).

O resultado positivo do Plano Real tem influenciado a política econômica brasileira desde então. Com a estabilização da moeda, a inflação mensal caiu rapidamente.

Anteriormente era normal esperar que o IPCA apresentasse altas de 10% em um mês, porém, após julho de 1994, era raro observar valores acima de 3% em um único mês.



CONCLUSÃO

Nos últimos anos pudemos observar um certo abandono do que se convencionou chamar de nova matriz econômica criada e aperfeiçoada entre os anos de 2008 e 2015 como senda a alternativa para escapar da grave crise mundial iniciada em 2008. O que tem se apresentado nos dias de hoje é uma volta a velho tripé macroeconômico – política econômica ortodoxa de austeridade e transparência. Presenciamos atualmente um certo grau de

responsabilidade fiscal ou uma certa rigidez dos gastos públicos, índices de inflação controlados e uma taxa de câmbio controlada mas livre para flutuações, com menos intervenção do Banco Central.

Para um tripé macroeconômico completo, precisamos urgentemente um superávit primário, no entanto esse resultado, visto que o que estamos apresentando atualmente são grandes déficits primários, é um pouco mais difícil de alcançar. Embora o caminho do superávit passe por severas reformas estruturais, entre elas a reforma da previdência, é de vital importância a obtenção desse resultado, pois somente assim conseguiremos, a longo prazo, conquistar a possibilidade de novos investimentos em infraestrutura tão necessários para o crescimento e desenvolvimento econômico.

O que ainda resta é um cenário desafiador, que exige muita atenção quanto aos problemas conjunturais e estruturais. A operacionalização da política monetária deve ser eficaz para garantir condições para o país voltar a crescer, no entanto, não pode servir de o ano de fundo para uma tentativa de gerar crescimento apenas pelo lado monetário o que não sustentaria as variáveis reais da economia a longo prazo e não traria o sonhado desenvolvimento econômico.

REFERÊNCIAS

NETO, Alexandre Assaf. **Mercado Financeiro**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CARVALHO, Fernando J. Cardim. **Economia Monetária e Financeira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elseiver, 2007.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução a Economia**. 3.ed. São Paulo: Thomson, 2007.

POLITIZE. O tripé econômico: o que é e de onde vem. Disponível em:

<www.politize.com.br/tripe-macroeconomico-o-que-e> Acesso em: 02 dez. 2017.

NEXO. O tripé macroeconômico. Ele ainda existe no Brasil? Disponível em:

<<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/11/07/O-que-é-o-tripé-macroeconomico.-Ele-ainda-existe-no-Brasil>> Acesso em: 02 dez. 2017.